

STARTUPS DENTRO DA LEI

Pesquisa levanta as principais dificuldades de startups e investidores em relação às questões jurídicas

T Mônica Kato



“Formalizar o acordo entre os sócios, cuidar da questão tributária e prestar atenção às regras trabalhistas é essencial para o futuro da startup”

Mais de 67% das startups fracassam por causa de desentendimentos entre os sócios sobre questões que não estavam claramente definidas em acordo societário; 31,15% não analisam a questão tributária; e 26,23% delas fecham porque não deram a devida atenção a questões trabalhistas. Os dados estão na pesquisa “Panorama Legal das Startups”, realizada pelo escritório Nogueira, Elias, Laskowski e Matias Advogados (NELM). O estudo joga luz sobre algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas startups em estágio inicial, além de abordar a relação entre empreendedores e investidores. A íntegra da pesquisa estará disponível em agosto em www.startups.nelmadvogados.com.br. Aqui, Eduardo Felipe Matias, sócio responsável pela área empresarial do NELM e coordenador da pesquisa, comenta alguns dos principais resultados.

Mesmo sabendo que há riscos, muitos empreendedores iniciam o negócio sem formalizá-lo por meio de um contrato. Por que isso acontece?

► O empreendedor em estágio inicial tem de cuidar de tantos detalhes que acaba focando nas questões que exigem mais da sua expertise, e deixa de lado o aspecto jurídico, que considera mais chato e árido. Nesse primeiro momento, ele não enxerga a possibilidade de ter problemas no futuro, sobretudo com os sócios. Muitos acham que está tudo combinado porque conversaram sobre o assunto. Mas isso não basta. Antes de mais nada, é importante providenciar o MOU — *memorandum of understanding*, ou memorando de entendimento. Esse é o primeiro passo para a formalização, onde são definidos tópicos como investimento, remuneração, o que fazer se alguém desistir e como lidar com a entrada de novos sócios. Esse documento inicial protege o negócio e as relações até que o contrato propriamente dito seja providenciado.

Quais devem ser as prioridades do empreendedor, no que diz respeito às leis?

► Primeiro, o aspecto societário: formalizar o acordo entre os sócios é essencial. Depois vem a questão tributária. O regime fiscal da empresa tem de ser discutido e estabelecido logo no início, já que vai impactar diretamente nas contas. A atenção às questões trabalhistas também é bem importante. Em uma startup, não é raro enfrentar processos por contratação de funcionários de maneira informal. Por fim, é preciso cuidar da propriedade intelectual, para garantir proteção a marcas e ideias.

Quais são as questões legais que afetam as relações entre empreendedores e investidores?

► 41,15% dos investidores entrevistados na pesquisa apontaram como principal dificuldade o desconhecimento dos empreendedores em relação às modalidades de investimento. É imprescindível que o fundador tome conhecimento sobre os diferentes tipos de aporte, os investimentos mais adequados para cada fase da empresa e os direitos das duas partes em cada tipo de acordo.

Quais os riscos para quem ignora o aspecto jurídico da empresa?

► O negócio vai depender da legislação para funcionar e estará sujeito a fiscalizações. É fundamental conhecer as leis que o impactarão. Quem não faz isso está saltando no escuro. Sem contar que muitas startups desenvolvem propostas disruptivas e, por vezes, não há leis específicas para seus modelos de negócios. Nesse caso, é importante que o empreendedor conheça os riscos e trabalhe com a possibilidade de, a qualquer momento, surgir uma nova regulação. Um exemplo é o Uber, que enfrentou muitas dificuldades com órgãos reguladores da área do transporte. ”



No dia 15 de julho, às 7h30, o programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios, da TV GLOBO, exibe uma reportagem sobre mulheres startups. Haverá reapresentações às 8h30, na GLOBONews; e no CANAL FUTURA, no dia 16, às 16h30, no dia 17, às 5h, e no dia 22 de julho, às 15h.